

## SITUAÇÃO DE RUA E RESISTÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Aline Conceição Guerra Pereira  
Pablo Mateus Dos Santos Jacinto

### RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de analisar a literatura científica sobre as dinâmicas sociais que levam o sujeito a viver em situação de rua e as estratégias de resistência adotadas por essa população. Foi realizada a revisão integrativa de literatura de 15 artigos científicos da área de saúde, publicados no Brasil entre 2008 e 2018. Os resultados foram analisados segundo os conceitos de resistência, enfrentamento e estratégias de sobrevivência descritos pelos artigos em relação à População em Situação de Rua. A partir da análise dos resultados foi possível observar como se configuram as relações entre os estudiosos da área de saúde e a população-alvo das pesquisas, levando-nos à reflexão sobre o compromisso social da psicologia e das demais profissões de cuidado.

**Palavras-chave:** Resistência; População em Situação de Rua; Estratégia de sobrevivência.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo teve como gatilho a experiência de estágio realizada na graduação em psicologia, que consistiu em atividades nas ruas de Salvador e na sede do Movimento da População de Rua, no Pelourinho, em atenção à população em situação de rua. Ao longo de seis meses de estágio, através da conversa com pessoas em situação de rua, bem como a escuta qualificada das suas angústias, ficou evidente a existência de uma realidade socialmente invisibilizada. A experiência nas praças e viadutos permitiu a aproximação da estudante à realidade dessas pessoas: onde dormiam, como se relacionavam, como se divertiam, como trabalhavam e viviam.

A escrita deste artigo, portanto, tem o propósito de favorecer o protagonismo e a legitimação dos processos de resistência adotados pelas pessoas em situação de rua, buscando contribuir academicamente com esse construto. Para isso, faz-se necessário saber como se configura essa população, como resiste e o que nós (especificamente profissionais de saúde) temos a ver com isso.

Em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada registrou que mais de 101 mil pessoas vivem em situação de rua em todo o Brasil (IPEA, 2016). De acordo com a análise de resultados dessa pesquisa, a pobreza é um fator explicativo importante, pois relaciona-se com a situação de privação econômica e a exclusão social. Este trabalho compreende a exclusão como um processo dialético de inclusão/exclusão, a partir de uma análise sociológica da

desigualdade que se configura como um produto do funcionamento do sistema socioeconômico de países capitalistas (SAWAIA, 2002). Essa concepção compreende a exclusão como uma inserção social perversa, produto e produtora de sofrimento.

A dialética inclusão/exclusão também pode ser analisada na obra de Castel (2006) através das “zonas de vulnerabilidade”, conceito que divide os indivíduos de acordo com o grau de filiação ao trabalho e vínculos familiares, a fim de propor alternativas para políticas públicas na assistência social. Nessa classificação, pode-se situar a pessoa em situação de rua na zona de desfiliação, pois trata-se da conjugação dos processos de exclusão, ausência de trabalho e isolamento relacional.

Os processos de exclusão social levam a pessoa em situação de rua a um estado de invisibilidade pública, que de acordo com Costa (2008), consiste em uma espécie de desaparecimento psicossocial de um indivíduo no meio de outros. Segundo o autor, a invisibilidade torna-se a consequência da banalização da exclusão, quando a discriminação se dá pela falta de percepção da identidade e da necessidade dos indivíduos excluídos. A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) garante a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos, tendo como fundamentos a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais. Para garantir esses direitos, foi necessária a criação de políticas públicas e estratégias, como a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 2009, o Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua, em 2009, a criação dos Consultórios de Rua em 2011, dentre outras medidas voltadas para o atendimento dessa população (DANTAS, 2007). No entanto, os dados levantados pelo IPEA (2016) revelam que essas políticas não têm sido o suficiente.

A pessoa em situação de rua, embora possa transitar entre territórios de forma itinerante e não se ater a um lugar fixo, ocupa espaços nos quais cria vínculos e manifesta sua individualidade (ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015). A dinâmica dessa relação território-sujeito é um retrato da forma como essa população se relaciona com a vida, portanto material de referência para aqueles que pretendem desenvolver serviços que atendam às suas demandas.

A fim de analisar a forma como lidamos com a precariedade das condições sociopolíticas, Foucault (1987) desenvolveu o conceito de resistência. De acordo com o autor, resistência é uma manifestação do sujeito em resposta às forças do poder político que se impõem de forma perversa e autoritária, produzindo angústias, afetos e mudanças. Essas forças estão presentes nas relações humanas cotidianas e atuam a serviço do controle dos corpos, a

partir de uma microfísica do poder, ou seja, as instituições sociais (família, escola, trabalho) estabelecem relações interpessoais capazes de disciplinar e controlar os

O conceito de biopolítica, entendido por Foucault (1987), se expande através das discussões sobre a necropolítica. Se Foucault (1987) acredita que o Estado “faz morrer e deixa viver”, o conceito de necropolítica pretende compreender a forma como o biopoder, ainda que indiretamente, assassina os sujeitos (OLIVEIRA, 2018). Diante das condições que lhe são impostas, o ser humano pode resistir, criar alternativas e transformar sua condição. A pessoa em situação de rua cria estratégias de resistência atuando sobre a realidade, provocando mudanças e reinventando a si própria (SCHUCH; GEHLEN, 2012). A População em Situação de Rua resiste quando trabalha, quando ocupa espaços e constrói laços afetivos, quando se recusa a permanecer em instituições que não respeitam sua liberdade, e resiste mantendo-se viva e atuante em uma sociedade que naturaliza a sua exclusão (NOBRE *et al.*, 2018). Neste artigo, considera-se que estratégias de sobrevivência e de enfrentamento também são formas de resistência.

Diante disso, a compreensão das dinâmicas sociais que envolvem a população em situação de rua precisa ser fundamentada na análise histórica da produção da pobreza e das desigualdades, considerando a subjetividade desses sujeitos (ARAÚJO; TAVARES, 2015). Desta forma, os estigmas e preconceitos podem dar lugar ao reconhecimento social de uma população que não tem tido recursos para enfrentar o sofrimento imposto pela exclusão social. A resistência à exclusão se manifesta no enfrentamento diário através do qual a arte, a militância e o afeto podem ser instrumentos de reação às violências sociais (NOBRE *et al.*, 2018). Resistir é não se conformar com a coisificação da subjetividade, é não se submeter a um sistema que massifica e reduz os sujeitos ao seu poder de consumo, em uma lógica capitalista neoliberal que produz a desigualdade social (SAWAIA, 2002).

Através da compreensão dos processos de exclusão, da garantia de direitos e do reconhecimento das formas de resistência adotadas por essa população, pode-se refletir sobre estratégias de cuidado que promovam saúde e qualidade de vida para as pessoas em situação de rua. Bock (1999) defende que os profissionais da psicologia devem ter o compromisso social de adequar a produção científica e a produção do cuidado à realidade social dos sujeitos, a fim de tornar a psicologia acessível e instrumento de combate às desigualdades. Além de Bock, outros estudiosos discutem sobre o compromisso social da enfermagem, da fisioterapia e demais áreas de saúde. Portanto, a partir da revisão dos artigos buscou-se também analisar o

que os profissionais e cientistas da saúde têm a ver com os processos de resistência adotados pela população em situação de rua.

## **2 MÉTODO**

Esse artigo caracteriza-se como uma revisão integrativa de literatura. Trata-se de um tipo de investigação que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis, que neste trabalho correspondem às pessoas em situação de rua e suas formas de resistência. Este estudo teve como base de dados a plataforma digital Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Foram analisados artigos empíricos da área de saúde que contêm os seguintes descritores: situação de rua OR morador de rua OR população de rua AND resistência OR enfrentamento OR estratégias de sobrevivência. Foram selecionados artigos empíricos, artigos teóricos e revisões sistemáticas de literatura, publicados entre 2008 e 2018, disponíveis digitalmente, que contêm os descritores ao longo do texto. Por fim, foram escolhidos 15 artigos para a coleta de resultados. A partir dos resultados analisados, foram criadas três categorias de apresentação e discussões dos resultados: “resistência enquanto criação”, “resistência enquanto negação” e “estratégias de enfrentamento e sobrevivência”.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A amostra do estudo foi composta por 15 artigos científicos que atendiam aos critérios de seleção. Após a análise das semelhanças e divergências entre os textos, foram criados três eixos temáticos de discussão sobre os resultados coletados. Portanto, a análise levou em consideração os conceitos de resistência, enfrentamento e estratégias de sobrevivência apresentados nos artigos, assim como a descrição das formas como tais conceitos se manifestam na realidade social da População em Situação de Rua.

Dos 15 artigos coletados, 66% foram publicados na Região Norte e Nordeste do Brasil, e 34% na região Sul e Sudeste. Quanto às áreas de conhecimento dos autores destacaram-se psicologia, enfermagem, saúde coletiva, Terapia Ocupacional e ciências sociais. Considerando o gênero, cerca de 89% da autoria dos artigos foi composta por mulheres. Esse dado reafirma a discussão sobre a feminização da força de trabalho no setor de saúde, que se propõe a esclarecer os processos de inserção das mulheres no mercado de trabalho, assim como as questões relacionadas às desigualdades salariais e hierárquicas.

A partir da análise do perfil dos autores dos artigos selecionados para esta pesquisa, pode-se concluir que existe a preponderância de um olhar nordestino e feminino para os processos de resistência adotados pela população em situação de rua. Embora os artigos tenham sido distribuídos em eixos temáticos, um artigo pode aparecer em mais de uma categoria, conforme sua adequação à discussão proposta.

### **3.1 Resistência Como Negação**

Dentre os 15 artigos analisados, 4 utilizaram o sentido negativo de “resistência”. Portanto, tendo como referência o conceito de Kastrup (2004), considerou-se resistência como sinônimo de negação, de recusa.

Silva, Frazão e Linhares (2014) dedicaram-se a entrevistar equipes dos Consultórios de Rua, a fim de analisar suas práticas e estratégias de atuação. A palavra “resistência” surge quando as autoras revelam que a maioria dos entrevistados declarou que não há resistência dos usuários aos trabalhos propostos pela equipe. As autoras acreditam que essa aceitação é consequência da solidariedade e da sensibilidade da equipe. Para ilustrar esse argumento, se referem ao depoimento de um colaborador que cita a música e a arte como instrumento de aproximação e criação de vínculo entre a equipe e os assistidos.

Souza, Pereira e Gontijo (2014) também realizaram uma pesquisa com uma equipe de Consultório de Rua. No grupo de análise de dados destinado à reflexão sobre as dificuldades da equipe do Consultório de Rua, revelou a resistência ao tratamento como uma dificuldade cotidiana no serviço de saúde. Andrade, Costa e Marquetti (2014) se referem à resistência de duas formas: primeiro quando discutem sobre as razões pelas quais as pessoas foram para as ruas, categoria de análise construída a partir das narrativas das pessoas em situação de rua que foram entrevistadas. As narrativas sugerem que há quem habite as ruas por opção, são aqueles que dizem estar em busca da liberdade. Segundo, há os indivíduos que não escolhem viver na rua, mas que se encontram nessa situação por circunstâncias adversas, bem como há aqueles que apresentam resistência aos modos de vida e permanência nas ruas, portanto têm maior dificuldade de adaptação. Essa diferença analisada pelas autoras é um retrato da heterogeneidade apontada na conceituação da PSR e contribui para a desconstrução dos estigmas e preconceitos relacionados a essa população. A palavra “resistência” aparece novamente no texto relacionada à resistência dos entrevistados à uma unidade especializada de Proteção Social Especial. Dos onze entrevistados, seis já foram assistidos por esse dispositivo e se negam a voltar e quatro resistem a conhecer esse espaço.

Silva e Avelar (2014) utilizaram a produção de desenhos como ferramenta para investigar as representações de crianças em situação de rua sobre seus lares e famílias. Nesse trabalho, a resistência significou a negação das crianças a fazer o desenho ou responder ao inquérito. Das sete crianças entrevistadas, duas resistiram a desenhar e seis resistiram a responder ao inquérito. Tal resistência se refletiu nos desenhos, nos quais as pesquisadoras identificaram a presença “detalhes irrelevantes”, indicadores de necessidade de afastamento do tema principal, sinalizando dificuldade de entrar em contato com as associações despertadas pela atividade.

### 3.2 Resistência Como Criação

Dos 15 artigos analisados, 8 utilizaram o termo “resistência” para se referir a estratégias ou práticas de subversão às dificuldades. Dentre esses artigos, um se referiu à resistência dos dispositivos de saúde e sete às resistências adotadas pela População em Situação de Rua. É importante salientar que é possível que um artigo cite mais de uma forma de resistência, a análise será feita a partir das formas apresentadas.

Oliveira (2018) se referiu à resistência dos dispositivos de saúde ao discutir sobre a necessidade de reafirmação da saúde enquanto projeto emancipatório, dedicando-se à explanação do processo sócio-histórico da produção da exclusão e do cuidado oferecido a essa população. Portanto, sugere que a resistência advém da compreensão sociológica da realidade, contribuindo para a produção de cuidados que favoreçam a mudança.

Três artigos consideraram que estar em grupos e em redes de apoio é uma forma de resistência. O estudo de Nobre *et al.* (2018) cita a narrativa de uma mulher em situação de rua que se juntou a um grupo no qual se sentiu protegida à noite e recebeu ajuda para se alimentar. Essa mulher conta vincular-se também a um grupo feminista, onde fez contatos com profissionais de saúde e conseguiu ajuda para alugar um quarto.

A revisão sistemática realizada por Sicari e Zanella (2018) relaciona “redes sociais” a “resistência” quando discute sobre um texto que enfatiza a necessidade do reconhecimento das pessoas em situação de rua como indivíduos que possuem história, vínculos e potencialidades. Essa reflexão busca romper os estigmas que objetificam essa população. Contudo, no mesmo artigo a palavra “rede” aparece uma vez como estratégia de resistência e seis vezes como “rede de saúde/intersetorial” ou “rede de apoio”, dialogando sobre a inserção ou construção de uma rede que possa ser acessada pelos sujeitos.

Três artigos mencionaram produções artísticas como forma de resistência: música, pintura, artesanato, poesia. As narrativas colhidas por Nobre *et al.* (2018) mostram a produção artística como prazer e como trabalho. Duas mulheres que participaram da pesquisa revelam que a arte as levou a passar um tempo na rua e que assim elas se sentiam livres para realizar produções artísticas. Além disso, a arte era o meio através do qual elas se alimentavam e se mantinham resistentes às dificuldades.

Sicari e Zanella (2018) sinalizam que a arte produzida por essa população é um importante instrumento de análise para a compreensão dos modos de vida e resistência, assim como a construção de redes sociais e o envolvimento com ações de cultura, religião e movimentos sociais. Os autores acreditam também que o uso de psicoativos é uma alternativa de resistência ao sofrimento, pois ajudam a confortá-los e a minimizá-los, embora tenham relação com a permanência dos sujeitos à situação de rua.

O estudo de Félix-Silva, Sales e Soares (2016) dedicaram-se a analisar processos de subjetivação em saúde mental e, embora os autores não definam o conceito de resistência, a análise é feita a partir da compreensão da Resistência como Potência de Ação e da Resistência como Força Passiva, relatando a arte como forma de resistência política ativa, pois através dela o sujeito dá um novo significado aos eventos cotidianos.

Dois artigos se referiram à importância do corpo saudável para que o indivíduo possa se manter resistente às dificuldades, abordando os impactos dos processos de saúde e doença. O estudo de Aguiar e Iriart (2012) foi produzido no Instituto de Saúde Coletiva na Universidade Federal da Bahia e o estudo de Paiva *et al.* (2016) na Faculdade de Enfermagem, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. É interessante considerar que os dois artigos, apesar da diferença geográfica e temporal, se referem à relação entre corpo e resistência a partir da contribuição de um trabalho organizado por Carneiro Junior (1998). Os artigos evidenciam a importância do corpo como principal instrumento de trabalho e garantia de subsistência para a população em situação de rua. A mobilidade passa a ser a capacidade mais valorizada e doenças que não a comprometam podem não receber a atenção ou preocupação adequada. A partir desses artigos é possível refletir sobre como a biopolítica interfere na relação dos sujeitos com seus corpos.

No estudo de Vernaglia, Vieira e Cruz (2015) foi identificado que para o grupo de mulheres que contribuíram para a pesquisa, a maternidade é uma forma de resistência. Segundo o estudo, tornar-se mãe conferia a elas um *status* diferente no grupo, pois reafirmava o poder de escolha e de cuidado. Portanto, a criança produzida de forma particular e resultado de uma

escolha da mulher sobre o seu corpo, pode levar a uma ascensão no grupo pelo reconhecimento da sua função materna.

### **3.3 Estratégias de Enfrentamento e Sobrevivência**

Observou-se que 4 artigos mencionaram a palavra “enfrentamento”, dentre eles 3 se referiram ao dispositivo de saúde como aquele que enfrenta o preconceito, o crack ou a fome. A utilização da palavra “enfrentamento” nesse contexto pode ser um reflexo do seu uso nos documentos e campanhas de promoção à saúde realizadas pelo Governo Federal. Além disso, 2 artigos se referiram à “estratégia de sobrevivência”.

Alcantara, Abreu e Farias (2015) têm como objetivo compreender as trajetórias de exclusão social e as transformações nas identidades sociais a partir de categorias da Psicologia Social Comunitária como consciência, identidade e sentimento de pertença, em adultos em situação de rua abrigados na cidade de Fortaleza. Os autores utilizam uma vez a expressão “estratégia de sobrevivência” para se referir à relevância desse conhecimento para a construção de políticas públicas emancipatórias. Além disso mencionam a necessidade de análise dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao processo de existir e subjetivar-se em situação de rua. Contudo, não descreve como se constituem as estratégias de sobrevivência.

Paiva *et al.* (2016), que também se referem ao uso do corpo como instrumento de resistência criativa, citam a importância do reconhecimento das estratégias de sobrevivências adotadas por essa população. A relação entre estratégias de sobrevivência e o público-alvo das análises mostra como a vulnerabilidade e o padecimento do corpo são fatos marcantes para as pessoas em situação de rua, fazendo da sobrevivência um desafio diário imposto pelos processos sociais de exclusão.

Ferreira, Rozendo e Melo (2016) têm como objetivo em seu estudo avaliar a estratégia do Consultório na Rua em Maceió, com base na perspectiva de seus usuários. A palavra enfrentamento foi utilizada na conclusão, onde os autores salientam a importância da promoção da equipe de saúde nesse quesito para o combate ao preconceito em relação às pessoas em situação de rua. Contudo, ao analisar as narrativas, os autores criam a categoria “Consultório na Rua: suporte social, afeto e perspectiva de mudança para quem se encontra em situação de rua”. Nessa análise é possível perceber que as pessoas em situação de rua reconhecem membros da equipe de saúde como “família”, “amigos”.

Morais *et al.* (2010) acreditam que, para alguns adolescentes, sair de casa e viver em situação de rua configura-se um enfrentamento às condições de violência vividas no ambiente



familiar. Elas avaliaram que o grupo de adolescentes em situação de rua mencionaram os afetos positivos “forte” e “corajoso” com maior relevância, diferente do grupo de adolescentes que viviam em família. As autoras também avaliaram que os adolescentes utilizavam recursos pessoais como humor, otimismo e autoeficácia para enfrentar as situações (mesmo as mais difíceis). Portanto, sair de casa para sobreviver à violência também pode ser considerado uma estratégia de resistência criativa. Silva, Frazão e Linhares (2014), além de mencionarem a resistência enquanto negação, se referem ao enfrentamento ao crack como uma das estratégias adotada pelo Consultório de Rua.

Andrade, Costa e Marquetti (2014) também se referiram à resistência enquanto negação e utilizaram a palavra “enfrentamento” ao concluírem que as pessoas que moram na rua dão um novo sentido ao espaço público e enfrentam diariamente o preconceito.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora todos os artigos analisados tenham reconhecido a importância da valorização das estratégias utilizadas pela população em situação de rua para se manter resistente, a maioria se referia à perspectiva da unidade de saúde ou dos profissionais, sem discutir sobre o conceito de resistência ou especificar a forma como ela se manifesta. Apesar de 66,6% dos artigos terem como participantes da pesquisa pessoas em situação de rua e 20% terem como participantes profissionais de saúde, 53% dos artigos utilizaram o conceito negativo de resistência ou se referiram aos enfrentamentos e estratégias de sobrevivência a partir do olhar institucional da equipe de saúde. Sabemos que as equipes que trabalham com essa população devem resistir à precariedade das condições de trabalho ofertadas pelo Estado e sabemos também quais são os fatores que levam os pacientes a recusarem ou negligenciarem o tratamento. Portanto, enquanto profissionais de saúde, reconhecemos as dificuldades do nosso exercício profissional e buscamos estratégias para lidar com isso.

Nós, profissionais da saúde e da assistência social, representamos um elo entre a pessoa em situação de rua e as instituições sociais através das quais a microfísica do poder opera os processos de exclusão. Somos nós que implementamos as políticas públicas nos Consultórios de Rua, nos Centros de Atenção Psicossocial, nos dispositivos de saúde. Os cuidados que oferecemos influenciam a criação de agendas políticas, assim como são o filtro através do qual a sociedade civil enxerga essa população, uma vez que os estigmas sociais e a desigualdade aumentam a distância entre os sujeitos, marginalizando e invisibilizando aqueles que estão na zona de desfiliação. Portanto, nossa função também é emprestar o nosso corpo social para dar

protagonismo a quem tem o corpo social desqualificado pela exclusão. Nós temos a responsabilidade de desconstruir os preconceitos e compreender a complexidade e a potencialidade dessa população.

Com isso, nosso trabalho não deve estar relacionado ao assistencialismo que atua como paliativo na luta contra a desigualdade, mas em práticas que promovam empoderamento e autonomia. Embora o acesso à direitos seja fundamental, é preciso ir além através de práticas que desenvolvam pensamento crítico e resistência. A história social da exclusão nos ensina que a desigualdade vigente é resultado de um processo de dominação sócio-política racista, elitista e higienista, que através da subjugação da cultura de um povo controla os indivíduos e produz sofrimento. A crescente desigualdade nos leva a refletir sobre como a necropolítica tem atingido a população mais vulnerável. Esse cenário de violação dos Direitos Humanos nos convoca a discutir sobre as estratégias criativas de resistência, através das quais é possível reinventar e transformar a realidade.

Nas malocas, ruas e viadutos existem pessoas sonhadoras, corajosas e criativas. A população em situação de rua é constituída por gente que compartilha afeto, trabalho, sonhos e realizações. É preciso que a ciência seja um recurso para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que esclareça as questões escurecidas pelos preconceitos. Como profissionais de saúde, temos o compromisso social de pautar a nossa atuação em fatos e argumentos, assim como compartilhar cientificamente nossas experiências profissionais, investigando e criando alternativas ainda não descobertas. Falamos muito sobre doença, desigualdade, violência, sofrimento, mas precisamos teorizar sobre arte, afeto, comunidade e amor, pois são conceitos fundamentais para a construção de um cuidado que contribua para a valorização dos sujeitos, para a recuperação da autoestima e da saúde.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria Magalhães; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, jan. 2012.
- ALCANTARA, Stefania Carneiro De; ABREU, Desirée Pereira de; FARIAS, Alessandra Araújo. Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. **Revista Colombiana de Psicología**, Bogotá, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan. 2015.
- ANDRADE, Luana Padilha, COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade** [online], v. 23, n. 4, 2014

- ARAÚJO, Paulo Thiago; TAVARES, Marcelo Góes. População em situação de rua: identidade social e a dialética da inclusão/exclusão. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 2, n. 3, p. 113-132, 2015.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.
- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.
- CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo et al. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde e Sociedade**, v. 7, n. 2, 1998.
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Caderno Crh**, v. 10, n. 26, 2006.
- COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis**. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DANTAS, Mônica Lucia Gomes. **Construção de políticas públicas para população em situação de rua no Município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios**. 2007. 163fl. Dissertação (Mestre em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.
- FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir; SALES, Rita de Cássia Martins; SOARES, Gabriela Pinheiro. Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 1, p. 46-57, mar. 2016.
- FERREIRA, Cíntia Priscila da Silva; ROZENDO, Célia Alves; MELO, Givânia Bezerra de. Consultório na Rua em uma capital do Nordeste brasileiro: o olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, e00070515, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de: Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28819&catid=390&Itemid=406](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819&catid=390&Itemid=406). Acesso em: 30 agosto 2019.
- KASTRUP, V. Competência Ética e Estratégias de Resistências. In: GUARESCHI, N. (org). **Estratégias de Invenção do Presente: a Psicologia Social no Contemporâneo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- MORAIS, Normanda Araújo; MORAIS, Camila de Aquino; REIS, Sílvia; KOLLER, Sílvia Helena. Promoção de saúde e adolescência: um exemplo de intervenção com adolescentes em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 507-518, dez. 2010.
- NOBRE, Maria Teresa et al. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.30, e175636, 2018.
- OLIVEIRA, Roberta Gondim. Práticas de saúde em contextos de vulnerabilização e negligência de doenças, sujeitos e territórios: potencialidades e contradições na atenção à saúde de pessoas em situação de rua1. **Saúde e Sociedade** [online]. 2018, v. 27, n. 1, pp. 37-50.
- PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, ago. 2016.

- SAWAIA, Bader. Exclusão ou Inclusão perversa? *In: SAWAIA, Bader (orgs.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. p. 07-13.
- SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. *In: DORNELLES, Aline E. et al. A rua em movimento.* Belo Horizonte: Didática, 2012. p. 11-25.
- SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679, out. 2018.
- SILVA, Josianne; AVELAR, Telma. Crianças em situação de rua e suas representações sobre lar e família por meio do desenho. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 76, p. 69-77, 2014.
- SILVA, Felicialle Pereira da; FRAZAO, Iracema da Silva; LINHARES, Francisca Márcia Pereira. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 805-814, Apr. 2014.
- SOUZA, V. C. A.; PEREIRA, A. R.; GONTIJO, D. T. A experiência no serviço de Consultório de Rua na perspectiva dos profissionais: contribuições para a atenção ao usuário de álcool e outras drogas. **Cadernos de Terapia Ocupacional**, v. 22, supl. esp., p. 37-47, 2014.
- VERNAGLIA, Taís Veronica Cardoso; VIEIRA, Regina Amélia de Magalhães Senna; CRUZ, Marcelo Santos. Usuários de crack em situação de rua – características de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1851-1859, jun. 2015.